

PREFEITURA VIRTUAL:

PROTEÇÃO DE DADOS:

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS DE PROTEÇÃO DE DADOS

Página de apresentação:

A missão dessa plataforma digital é conectar a Prefeitura Municipal de Luziânia e a sociedade com soluções digitais. Nessa atuação, fornecer segurança da informação, proteger os dados pessoais e preservar a privacidade dos usuários são uns dos nossos valores indispensáveis.

Respeitamos o direito à privacidade e nos dedicamos ao uso da tecnologia para o benefício do Estado e sociedade.

Dessa forma, esclarecemos aos usuários desse serviço que nossa **Declaração de Conformidade com os Princípios de Proteção de Dados** é regida pelo novo marco regulatório de proteção de dados pessoais (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD - Lei 13.709/2018) e demais preceitos regulatórios do tema.

.... acesse a "Declaração de Conformidade com os Princípios de Proteção de Dados" clicando aqui..... (Colocar o arquivo da Declaração de Conformidade em pdf na página)

Ressaltamos que a coleta e o tratamento dos dados pessoais são feitos com fundamento na LGPD, artigo 7º, inciso III, dessa forma **fica dispensado o consentimento do titular dos dados pessoais** para que a Administração Pública colete e trate esses dados.

Ressaltamos também que os mantenedores dessa plataforma não se responsabilizam por práticas maliciosas ou pelo mau uso de conteúdo de outros sites, bem como por falhas na segurança de dados ou ilegalidades **cometidas por terceiros**, sejam eles parceiros comerciais ou não. (Art. 43, incisos II e III da LGPD).

Para fazer solicitações a respeito dos dados pessoais, obter mais esclarecimentos sobre a finalidade, a segurança, o tratamento desses dados e apresentar sugestões, o usuário pode nos contatar através dos canais descritos abaixo: (colocar e-mail para os usuários obterem mais informações)

# DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

## 1. FINALIDADE

Os agentes de tratamento dos dados pessoais desse site, considerando:

- os fundamentos da Lei 13.709/2018, que dispõe sobre proteção de dados pessoais:

- I - o respeito à privacidade;
- II - a autodeterminação informativa;
- III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
- VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

- o inteiro teor da Lei 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI);  
- o inteiro teor da Lei 12.965/2014, denominada Marco Civil da Internet.

comprometem-se, tornando pública e acessível aos seus usuários e demais partes interessadas a presente **Declaração**, que passa a vigorar nos termos a seguir.

## 2. DEFINIÇÕES

Para os fins dessa Declaração, entende-se por:

- 2.1. Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- 2.2. Dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- 2.3. Banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;
- 2.4. Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- 2.5. Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- 2.6. Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- 2.7. Agentes de tratamento: o controlador e o operador;
- 2.8. Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

- 2.9. Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;
- 2.10. Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;
- 2.11. Segurança da Informação: conjunto de práticas e métodos voltados para a preservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação tratada no âmbito da organização;
- 2.12. Usuário: pessoa natural ou jurídica que acesse os serviços da Prefeitura Online independentemente de ser titular de dados cadastrados em seus sistemas e serviços, mas que, para esse acesso forneça dados pessoais de qualquer natureza.

### 3. PRINCÍPIOS DE PROTEÇÃO DE DADOS

O tratamento dos dados pessoais desse site observa a boa-fé e os seguintes princípios expressos no artigo 6º da LGPD:

- I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
- II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
- III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
- IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
- V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
- IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;
- X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

### 4. PRIVACIDADE, CONFORMIDADE LEGAL E GOVERNANÇA DE RISCOS

#### 4.1. PRIVACIDADE E CONFORMIDADE LEGAL

Os agentes mantenedores dessa plataforma têm como missão respeitar o direito à privacidade dos usuários, visando o melhor uso da tecnologia da informação para satisfação dos interesses da sociedade, garantindo estabilidade e continuidade dos seus serviços.

Para proporcionar o direito à privacidade e um melhor desempenho do nosso serviço, mantemos modelo sistematizado de categorização da informação, em conformidade com a Lei de Acesso a Informação (LAI) e, em âmbito estadual, a Lei 18.025/2013 e os Decretos número 7.903/2013 e 7.904/2013.

#### 4.2. GOVERNANÇA DE RISCOS

Com a finalidade de proteger os dados pessoais de acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, adotamos medidas de segurança da informação e padrões de boas práticas desde a fase de concepção do serviço até a sua execução.

### 5. TERMO DE USO DOS SERVIÇOS

#### 5.1. COLETA DE INFORMAÇÕES

Para diversos serviços, esse site coleta dados indispensáveis ao funcionamento de suas aplicações como: nome, e-mail, telefone, sexo, data de nascimento, endereço, CPF, RG, CNH, inclusive endereço de IP e localização do usuário.

Essas informações são coletadas e tratadas com a finalidade de fornecer o serviço proposto por esse site. Dessa forma, de acordo com a LGPD, artigo 7º, inciso III, os **agentes de tratamento ficam dispensados de solicitar autorização dos titulares dos dados pessoais** para coletá-los e tratá-los.

#### 5.2. RESPONSABILIDADE

Tendo em vista que os agentes de tratamento seguem todos os requisitos propostos pela LGPD e demais normas regulamentares - respeito à privacidade, investimento em segurança da informação e atuação baseada em padrões de boas práticas e governança -, não nos responsabilizamos por acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequada ou ilícita cometidos por terceiros, conforme autoriza o artigo 43 da LGPD:

Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem:

I - que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído;

II - que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados;  
ou

III - que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.

Ressaltamos que essa plataforma não se responsabiliza pela veracidade das informações inseridas pelo usuário para obter os serviços almejados. Dessa forma, é de responsabilidade dos usuários o correto preenchimento de todos os campos.

Ressaltamos também que a inserção de informações inverídicas, sujeitam os usuários às penas previstas no artigo 299 do Código Penal – Crime de Falsidade Ideológica – e demais consequências jurídicas decorrentes desse ato.

### 5.3. COOKIES E TÉCNICAS SEMELHANTES

De início, esse site não utiliza cookies e decisões automatizadas para fornecer seus serviços. No entanto, poderemos melhorar a eficácia da oferta de nossos serviços e implantar cookies e decisões automatizadas.

Qualquer nova implantação será objeto alteração nesse termo de uso e disponibilizado aos usuários.

### 5.4. ARMAZENAMENTO

Todos os dados dos usuários e de navegação são armazenados em bancos de dados que proporcionam segurança às informações coletadas.

### 5.5. USO DAS INFORMAÇÕES

As informações coletadas durante a navegação permitem a oferta customizada de nossos serviços, o estudo de preferências e, conseqüentemente, uma experiência de navegação mais próximas do interesse dos usuários.

Os agentes de tratamento podem ainda usar essas informações para fins de comunicação com o usuário. Dessa forma poderão ser enviados avisos e informações de serviços ofertados por esse site.

As informações também poderão ser utilizadas para prevenção de fraudes e irregularidades, em auditorias, análises estatísticas e ciência de dados (garantida a anonimização dos dados) e desenvolvimento e melhoria dos serviços prestamos por esse site, conforme autoriza a LGPD, artigo 11, inciso II.

### 5.6. COMPARTILHAMENTO DAS INFORMAÇÕES COM TERCEIROS

Os mantenedores desse serviço não compartilharão as informações desse site com terceiros, salvo em caso de autorização do usuário ou nas estritas hipóteses previstas no artigo 26, parágrafo primeiro da LGPD:

Art. 26. O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas

públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º desta Lei.

§ 1º É vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, exceto:

I - em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado, observado o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);

III - nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente, observadas as disposições desta Lei.

IV - quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres; ou

V - na hipótese de a transferência dos dados objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados, desde que vedado o tratamento para outras finalidades.

## 5.7. DIREITO DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

Aos titulares dos dados pessoais são assegurados todos os direitos previstos no artigo 18 da LGPD:

Art. 18. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

I - confirmação da existência de tratamento;

II - acesso aos dados;

III - correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV - anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;

V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;

VI - eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei;

VII - informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII - informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX - revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei.

§ 1º O titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional.

§ 2º O titular pode opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 3º Os direitos previstos neste artigo serão exercidos mediante requerimento expresso do titular ou de representante legalmente constituído, a agente de tratamento.

§ 4º Em caso de impossibilidade de adoção imediata da providência de que trata o § 3º deste artigo, o controlador enviará ao titular resposta em que poderá:

I - comunicar que não é agente de tratamento dos dados e indicar, sempre que possível, o agente; ou

II - indicar as razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência.

§ 5º O requerimento referido no § 3º deste artigo será atendido sem custos para o titular, nos prazos e nos termos previstos em regulamento.

§ 6º O responsável deverá informar, de maneira imediata, aos agentes de tratamento com os quais tenha realizado uso compartilhado de dados a correção, a eliminação, a anonimização ou o bloqueio dos dados, para que repitam idêntico procedimento, exceto nos casos em que esta comunicação seja comprovadamente impossível ou implique esforço desproporcional.

§ 7º A portabilidade dos dados pessoais a que se refere o inciso V do caput deste artigo não inclui dados que já tenham sido anonimizados pelo controlador.

§ 8º O direito a que se refere o § 1º deste artigo também poderá ser exercido perante os organismos de defesa do consumidor.

Para possibilitar o exercício desses direitos e sugerir ações que contribuam para sua melhor efetivação, os usuários podem nos contatar através do endereço de e-mail descrito abaixo:

#### 5.8. VERSÃO DO TERMO DE USO

Esclarecemos que qualquer alteração na legislação vigente ou alteração na coleta e tratamento dos dados pessoais, esse Termo será objeto de alteração e nova disponibilização aos usuários e demais interessados.